

Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica

Perante os excelentes resultados proporcionados pelo *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas* (PRONAPA), realizado no período de 1965 a 1970 em Território Brasileiro, um outro e mais amplo projeto teve início no segundo semestre de 1976 — o *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica* (PRONAPABA) —, com duração prevista de 3 a 5 anos e, desta feita, voltado exclusivamente para a Amazônia Legal Brasileira.

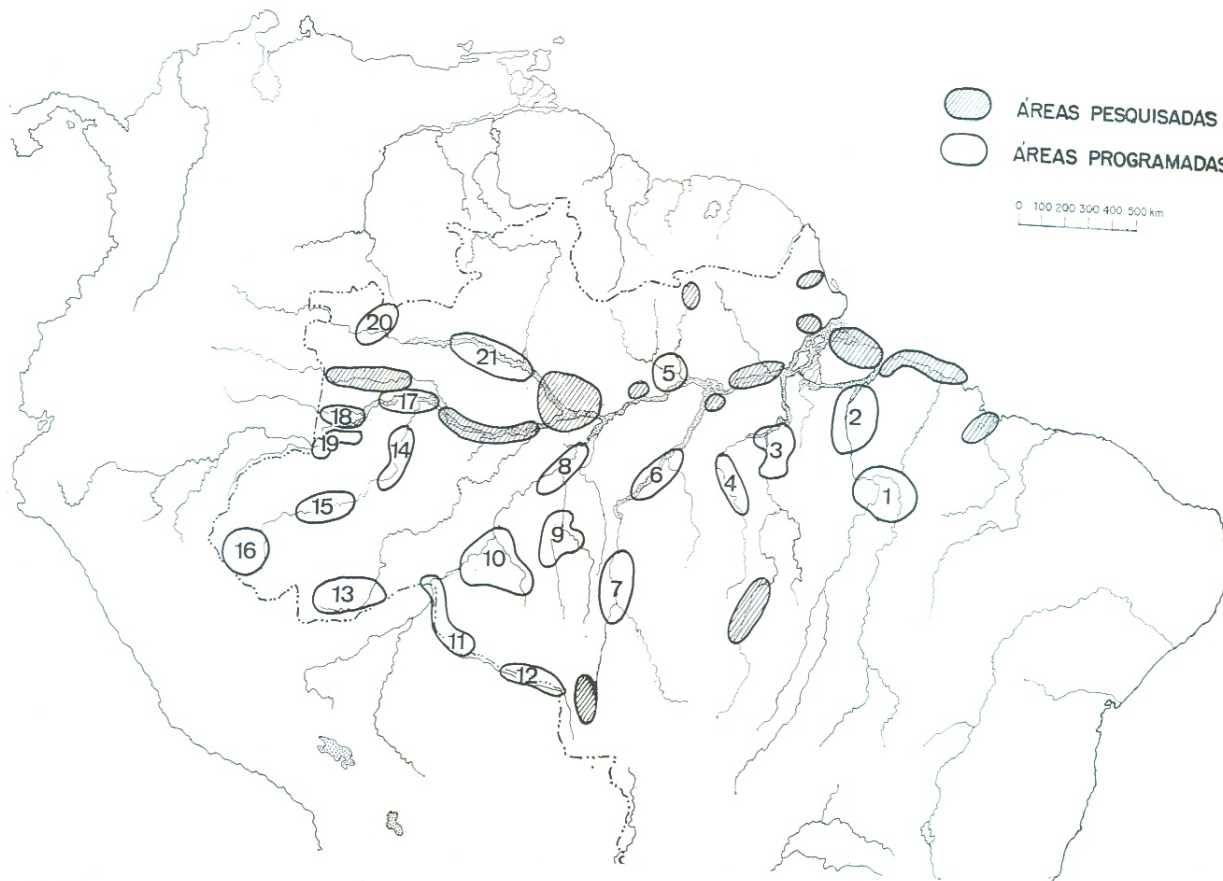
Até 1965, era a Amazônia a região brasileira melhor documentada em termos de pesquisas arqueológicas extensivas e abordagem metodológica, notadamente a calha e a foz do rio Amazonas. Das demais regiões, salvo estudos isolados e individuais de uns poucos sambaquis do litoral sul e sudeste, algumas cavernas e abrigos-sob-rocha de Lagoa Santa (Minas Gerais) e de reduzido número de sítios interiores de São Paulo e Paraná, nada mais se sabia de sua Pré-história. Daí, a ênfase dada pelo PRONAPA aos estados da Faixa Costeira, concentrando pessoal e recursos na área compreendida entre os Estados do Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte. Conseqüentemente, após cinco anos de pesquisas ininterruptas, tornou-se essa área uma das mais conhecidas das terras baixas sul-americanas. Mais de 1500 sítios arqueológicos foram pesquisados, identificadas quase duas centenas de fases e várias tradições arqueológicas, obtido avultado número de datações por C-14 e outras evidências, fornecendo uma perspectiva global do desenvolvimento cultural dessa grande área brasileira desde o período Páleo-índio até a Conquista Européia.

Concluído o PRONAPA, em 1970, em face da concentração maciça de pesquisas na Faixa Costeira e o fato de apenas um arqueólogo ter operado na Bacia Amazônica, invertia-se a situação. Apesar dos projetos patrocinados pelo PRONAPA (Alto Xingu e Baixo rio Negro) e aqueles sob responsabilidade exclusiva do Museu Goeldi (Salgado, Silves, Cajari e São Luís), muito ainda restava a ser pesquisado, mormente diante da possibilidade de destruição de inumeráveis sítios pelo surto desenvolvimentista em processo na Amazônia (abertura de estradas, implantação de projetos industriais e agro-pecuários, construção de represas, colonização etc.). Para isso, durante o Simpósio Final do PRONAPA, realizado em Washington, em 1973, surgiu a idéia do PRONAPABA, como solução imediata e urgente para a Amazônia.

Através de 21 áreas selecionadas da Bacia Amazônica (cf. mapa), especialmente ao longo dos tributários da margem direita do rio Amazonas, tem o PRONAPABA por objetivo, no tocante à ocupação pré-his-

PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NA BACIA AMAZÔNICA

(PRONAPABA)



- 1 — Rio Tocantins, entre Marabá e Imperatriz, incluindo sua junção com o rio Araguaia, no limite dos Estados do Maranhão e Pará;
- 2 — Baixo rio Tocantins, de Marabá até sua foz no Amazonas, Estado do Pará;
- 3 — Confluência do rio Iriri com o Xingu, abaixo de Altamira, Estado do Pará;
- 4 — Curso médio do rio Iriri, próximo a Bonfim e Entre Rios, Estado do Pará;
- 5 — Baixos cursos dos rios Uatumã e Jatapu, Estado do Amazonas;
- 6 — Curso médio do Tapajós, acima e abaixo de Itaituba, Estado do Pará;
- 7 — Alto curso do Tapajós, incluindo seus formadores Juruena e Arinos, Estado do Pará;
- 8 — Rio Madeira, entre Manicoré e Borba, incluindo o baixo rio Aripuanã, Estado do Amazonas;
- 9 — Médio curso do rio Aripuanã, da confluência do rio Roosevelt e do rio Madeirinha, próximo de Aripuanã e Samaúma, Estados do Amazonas e Mato Grosso;
- 10 — Alto rio Madeira, entre Humaitá e Porto Velho, incluindo o baixo rio Ji-Paraná, Estado do Amazonas e Território Federal de Rondônia;
- 11 — Baixo rio Mamoré, entre Abunã e Guajará-Mirim, Território Federal de Rondônia;
- 12 — Alto rio Guaporé, entre Mato Grosso e Pedras Negras, Território Federal de Rondônia;
- 13 — Cabeceiras do rio Purus e a área oeste da cidade de Rio Branco, Estados do Amazonas e Acre;
- 14 — Baixo rio Juruá, entre Carauari e Ibiranga, Estado do Amazonas;
- 15 — Médio rio Juruá, abaixo de Eirunepê, Estado do Amazonas;
- 16 — Cabeceiras do rio Juruá, abaixo e acima de Cruzeiro do Sul, Estados do Acre e Amazonas;
- 17 — Rio Solimões (Amazonas) entre os rios Japurá e Jutai, Estado do Amazonas;
- 18 — Rio Içá, da fronteira peruana até sua foz no Solimões, Estado do Amazonas;
- 19 — Rio Javari, da fronteira peruana até a cidade de Tabatinga, no rio Solimões, Estado do Amazonas;
- 20 — Baixos rios Uaupés e Içana, formadores do rio Negro, Estado do Amazonas;
- 21 — Médio rio Negro, entre Barcelos e Tapuruquara, Estado do Amazonas.

tórica da Amazônia, testar a aplicabilidade do modelo de *refúgios florestados* proposto por vários biólogos (Haffer, Vanzolini, Sheppard Brown, Prance e outros) para explicar as diversificações observadas no ecossistema atual da região. Como este modelo reflete períodos sucessivos de fragmentação e coalescências da floresta tropical úmida, motivados por modificações climáticas ocorridas desde o Pleistoceno, e, considerando ainda, que os dois mais recentes desses episódios são posteriores à chegada do Homem à Amazônia, busca o Programa: a — evidências que possam revelar diferenças na antiguidade das culturas pré-históricas adaptadas à floresta tropical; b — continuidade ou não de residência local; c — superposição de complexos e fases arqueológicas distintas, além de outros tipos de situações compatíveis com o modelo biogeográfico em questão, entre os quais certos padrões que possam vir a corroborar ou esclarecer a localização e tamanho desses *refúgios*.

Como o PRONAPA, o PRONAPABA resultou de convênio entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Smithsonian Institution, com aprovação do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a colaboração do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). O Programa tem por diretores científicos Clifford Evans, Betty J. Meggers (Smithsonian Institution) e Mário F. Simões (INPA-Museu Goeldi), dele participando alguns dos arqueólogos do PRONAPA e a equipe do Departamento de Arqueologia do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Em julho-agosto de 1976 teve início o Programa com a pesquisa do baixo curso do rio Tocantins (área 2), a cargo do Departamento de Arqueologia do Museu Goeldi. Apesar da área programada compreender o baixo Tocantins entre sua foz e a cidade de Tucuruí, foi ainda pesquisado, nessa primeira etapa de trabalho de campo, o trecho do rio entre a cidade de Marabá e o povoado de Santa Terezinha do Tauari, considerando a próxima inundação dessa área com a construção da barragem para a hidrelétrica de Tucuruí.

Contudo, foi a partir do 2.º semestre de 1977 que o PRONAPABA pôde desenvolver-se, tendo em vista as obrigações docentes de vários de seus arqueólogos. Foram realizados trabalhos de campo nas seguintes áreas:

A — Área 3 — Confluência do rio Iriri com o Xingu, abaixo de Altamira, no Estado do Pará, sob a responsabilidade de Celso Perota, do Museu de Arqueologia da Universidade Federal do Espírito Santo;

B — Área 13 — Cabeceiras do rio Purus e parte oeste da cidade de Rio Branco, no Estado do Acre, a cargo de Ondemar Ferreira Dias Jr., da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Instituto de Arqueologia Brasileira;

C — Área 12 — Alto rio Guaporé, entre Mato Grosso e Pontas Negras, no Território Federal de Rondônia, sob a direção de Eurico Th. Miller, do Museu de Arqueologia do Rio Grande do Sul.

Para o corrente ano estão ainda programadas as áreas abaixo, todas sob responsabilidade do Departamento de Arqueologia do Museu Paraense Emílio Goeldi:

A — Área 2 — Segunda etapa de campo no baixo rio Tocantins, de Cametá até Tucuruí, e desta cidade até Santa Terezinha do Tauri, no Estado do Pará;

B — Área 5 — Cursos inferiores dos rios Uatumã (de sua foz no Amazonas até a confluência do Jatapu) e Jatapu (de sua foz no Uatumã até o povoado do Brás), no Estado do Amazonas;

C — Área 21 — Médio rio Negro, da cidade de Barcelos até Tapuruquara, no Estado do Amazonas.

Com tal ritmo de pesquisas é possível prever que, após decorridos os cinco anos de sua duração, possa o PRONAPABA apresentar resultados à altura daqueles proporcionados pelo PRONAPA na Faixa Costeira.

Mário F. Simões